



Ata Número Nove

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

Ao vigésimo sexto dia do mês de Junho de dois mil e quinze, reuniu pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, no auditório do edifício da Junta da União das Freguesias em São Pedro da Cova, em sessão ordinária, conforme o aviso de convocatória, regularmente enviado e devidamente publicitado, a Assembleia da União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, com a seguinte Ordem de Trabalhos.....

- Período de Antes da Ordem do dia*.....
- 2- Ordem do Dia*.....
- 2.1- Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior*.....
- 2.2- Eleição de vogal para a Junta de Freguesia*.....
- 2.3- Apresentação e discussão do Regulamento de apoio a entidades Desportivas e Culturais*.....
- 2.4- Informação da atividade operacional desenvolvida pela Junta de Freguesia e situação financeira em 31 de Maio de 2015*.....
- 2.5 Assuntos de interesse local*.....
- 3 – Período depois da ordem do dia*.....

A **Sra. Presidente da Mesa** inicia a sessão apresentando os pedidos de substituição que à Mesa da Assembleia chegaram (ficando as respetivas declarações e pedidos de substituição apensos à presente ata)

Deputado Armando Filipe Silva Correia, da bancada do Partido Socialista (Anexo 1).....

Deputado Carlos Miguel Pereira Taveira, da bancada do Partido Socialista (Anexo 2)

Deputado Carlos Manuel Pereira Santos Castro da bancada do Partido Social Democrata (Anexo 3)

Deputado José Ricardo Vieira Alves, da bancada do Partido Social Democrata (Anexo 4)

Deputada Daniela Alexandra Martins Real, da bancada do Partido Social Democrata (Anexo 5)

No seguimento, registou-se ainda a tomada de posse da cidadã Marlene Cecília Gomes Sobral, de hoje em diante deputada da bancada do Partido Social Democrata.....

Efetuada a chamada, registou-se a presença dos seguintes deputados.....

Augusto Barbosa, Bibiana Silva, Joaquim Marques, Joana Silva, Damião Alves, Bruna Rocha, Silvana Marques e Viviana López, todos da Coligação Democrática Unitária (de ora em diante apresentado por CDU)

Paula Castro (em substituição de Carlos Taveira), Rui Alves, (em substituição de Armando Correia), Linda Rosa, Maria Leonor e Vítor Almeida, todos do Partido Socialista (de ora em diante apresentado por PS);

Fernanda Vieira, Albino Castro e Joaquim Cunha todos do Movimento Vontade do Povo – Fernanda Vieira (de ora em diante apresentado por MVPFV);

Bruno Oliveira (em substituição de José Alves), Marlene Sobral (em substituição de Daniela Real), Nuno Rocha (em substituição de Carlos Castro) todos do Partido Social Democrata (de ora em diante apresentado por PSD).....

Verificando-se a existência de quórum, a Sra. Presidente da Mesa deu como aberta a sessão, cumprimentando o Público presente, os Srs. Deputados, o Executivo, o Sr. Presidente da Junta e a Sra. Secretária. Seguidamente passou à leitura da Ordem de Trabalhos. No Período de Antes da Ordem do Dia, a Sra. Presidente da Mesa, começou por dar algumas informações nomeadamente, sobre a reunião com os representantes das bancadas



Ata Número Nove

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova com assento nesta Assembleia e leu a respetiva ata (Anexo 6), leu também o pedido de parecer jurídico enviado á CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte), (Anexo 7), seguidamente passou á leitura da correspondência recebida sendo ela: resposta da CCDR-N, á Proposta de Recomendação Relativa ao Passivo Ambiental de São Pedro da Cova (Anexo 8) e da Agencia Portuguesa do Ambiente (APA) (Anexo 9).....

Dada a palavra ao público, não se registou qualquer inscrição. Na sequência dos trabalhos, passou-se à inscrição dos deputados que pretendiam intervir, registando-se a inscrição e intervenção de:.....

Deputada Fernanda Vieira (MVPFV) cumprimenta todos os presentes, e começa por referir que tomou conhecimento através de um idoso que frequentou a colónia balnear o ano passado, de duas situações, uma delas a de falta de vigilância ou não, na praia onde decorre essa colónia balnear, outra situação tem a ver com a marcação da semana, que segundo esse idoso teve que proceder a uma alteração da sua semana em razão de uma atividade da Câmara e viu essa situação dificultada, a senhora deputada diz que gostara de saber se o Sr. Presidente da Junta tem conhecimento, destas situações e para tomar as devidas providencias.....

Deputado Nuno Rocha (PSD) cumprimentou todos os presentes e faz a sua intervenção apresentando um documento relativo aos dados do Aborto em Portugal, (Anexo 10)

Deputado Augusto Barbosa (CDU) começa por cumprimentar todos os presentes e refere-se a uma intervenção feita pelo senhor Primeiro-ministro, assim como aos programas eleitorais do PS e do PSD e ao mito urbano, dizendo que o senhor Primeiro Ministro tinha dito que não mandava ninguém embora. Continua dizendo que foi ver os programas eleitorais do PS e do PSD, programas esses que foram elaborados por um conjunto de economistas tanto um como o outro e que, chegou à conclusão, tanto ele como o Dr. Eugénio Rosa, também economista, que os economistas de uma dada área pensam todos iguais, porque os programas são iguais, ou sem grandes diferenças e diz que assim ficou a saber o que era o mito urbano.....

Deputado Albino Castro (MVPFV) cumprimenta todos os presentes, começa a sua intervenção por agradecer à Sra. Presidente da Mesa o trabalho e a forma diligente como tem tratado o assunto do Regimento. Prossegue dizendo que quer dar conta de três notas de funcionamento geral da Assembleia, a primeira nota é forma da disposição das mesas dos deputados na sala, diz que acha necessário arranjar outra forma de disposição para que possam estar numa situação mais confortável em relação ao público, tendo maior ligação com o mesmo, a segunda nota prende-se com as tomadas de posse, diz que nas últimas tomadas de posse, é lido o auto de tomada de posse, mas protocolarmente o que deve ser lido é a declaração de aceitação, na terceira nota questiona a Sra. Presidente da Mesa, se já efetuou alguma diligencia, sobre a dúvida levantada na última Assembleia, relativa à forma de votação das atas dos deputados que não estiveram presentes, na Assembleia anterior.



Ata Número Nove

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

A Sra. Presidente da Mesa, toma a palavra dizendo que na próxima tomada de posse, vai ter em consideração o referido pelo senhor deputado, relativamente às atas, responde que não efetuou nenhuma diligência. Continua dizendo que o artigo em questão é o trinta e quatro do Novo Código do Procedimento Administrativo

A Sra. Presidente da Mesa dá a palavra ao Sr. Presidente da Junta.....

Sr. Presidente da Junta cumprimenta todos os presentes e diz que relativamente às duas questões eolocadas pela senhora deputada Fernanda Vieira, não tem conhecimento, relativamente á primeira questão sobre a vigilância, não se recorda de lhe ter chegado qualquer informação relacionada com aquela situação, relativamente á segunda questão, não se lembra de ter existido nenhuma iniciativa da Câmara Municipal de Gondomar, diz que no ano anterior, que foi ano de eleições, a Câmara Municipal de Gondomar, fez uma iniciativa que coincidiu com o último dia da semana das colónias, mas no ano passado não se recorda de que isso tenha ocorrido, diz ainda que mantiveram o mesmo local por acharem ser confortável, é a ideia que têm, mas admite que nem toda a gente tenha a mesma opinião.....

Passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, referente ao Período da Ordem do Dia:.....

Ponto dois ponto um da ordem de trabalhos, referente à Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior.....

A Sra. Presidente da Mesa, pede aos senhores deputados a dispensa da leitura da ata, e abre as inscrições para a diseussão da mesma, inscrevendo-se:.....

Deputado Albino Castro (MVPFV) começa a sua intervenção por chamar a atenção logo para a primeira linha, onde está “nove horas”, deve estar “vinte e uma horas”, na terceira linha diz que deveria estar enviado e publicitado, prossegue para o quarto parágrafo dizendo que deve ser retificado “como deputado desta Assembleia da Bancada do Partido Socialista, para “como deputado da bancada do Partido Soeialista desta Assembleia”. Refere ainda que falta a descodificação para as forças políticas, faz referência aos parágrafos que não estão bem, na página dois na intervenção da Ana Oliveira, diz que deve estar “relativamente”, em vez de “relativo”, e dá conta do erro, “bbdiscutido”, em vez de “discutido”, na página três onde está “enforque”, deve estar “enfoque”, onde está “junta da entidades”, deve estar “junto das entidades”, onde está “junta da Sra.,” deve estar “junto da Sra.”. Na página quatro na intervenção do deputado Joaquim Cunha, dá nota de duas retificações” e “, em vez de em, e de “país não somos números”, deve estar país não são números, na página seis onde está “das” em vez de às, na página sete refere que o terceiro parágrafo necessita de ser melhor composto. Refere ainda nesta mesma página na intervenção do deputado Carlos Taveira, onde está tradução, deve estar transcrição, página oito chama a atenção para os parágrafos, ainda nesta página onde está realizar deve estar, não podem participar e na última página na intervenção do deputado Joaquim Gonçalves, deve estar “provocação” em vez de “preocupação”, diz ainda que se deve retirar e substituir a palavra elaboração por aprovação.....



Ata Número Nove

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

Deputado Augusto Barbosa (CDU) refere duas retificações a fazer, sendo elas na página quatro na intervenção do deputado Joaquim Cunha, onde está com direitos, falta um “s”, e onde está “faziam-se discursos em rumavam”, deveria estar faziam-se discursos e rumavam.....

Posta a votação a ata número oito da Assembleia da União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, foi aprovada por doze votos a favor, e uma abstenção do deputado Rui Alves (PS), não participaram da votação, devido ao artigo 34 do Novo Código do Procedimento Administrativo, a deputada Marlene Sobral e o deputado Bruno Oliveira, ambos do PSD, a deputada Paula Castro (PS), e as deputadas Viviana Lopéz e a deputada Silvana Marques da CDU.....

O Sr. Presidente da Junta intervém, para fazer referência a este artigo do Novo Código do Procedimento Administrativo, dizendo que considera que esta lei que impede os deputados que não estiveram presentes em Assembleias anteriores, de votarem a ata não está correta, diz existir um erro de construção legislativa, porque no caso de todas as bancadas renovarem as suas bancadas, então a ata não pode ser aprovada, diz que inclusive já colocou este problema ao grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República.....

A Presidente da Mesa, concorda com o que foi dito pelo Sr. Presidente da Junta, mas refere que está a cumprir o que está na lei, diz ainda que assim como o problema foi colocado nesta Assembleia, irá com certeza ser colocado em outras Assembleias e analisado e que poderá ser alterado o artigo em questão.....

Passou-se de seguida para o seguinte ponto da Ordem de Trabalhos:.....

Dois ponto dois, referente à Eleição de Vogal para a Junta de Freguesia.....

Neste ponto da Ordem de Trabalhos a Sra. Presidente da Mesa, lê o pedido de Renúncia de Vogal, (Anexo 11), e pergunta se alguém pretende fazer alguma intervenção, a deputada Viviana Lopéz pede a palavra para intervir:.....

Deputada Viviana Lopéz (CDU) começa por cumprimentar todos os presentes e diz que pretende justificar a sua saída do executivo da Junta, diz que esta saída não tem nada a ver com desentendimentos com a Junta, mas com imprevistos que surgiram na sua vida pessoal e profissional, imprevistos esses que a deixaram com menos disponibilidade para exercer tal cargo no executivo da Junta de Freguesia e agradece pelos conhecimentos que adquiriu, enquanto exerceu tal cargo.....

É apresentada pelo Sr. Presidente da Junta, a proposta para a Eleição do novo Vogal: **Joana Patrícia Fonseca Cardoso da Silva**. A Sra. Presidente da Mesa procede à distribuição dos votos pelos representantes das bancadas e após descarga na urna pelos senhores deputados, procedeu-se á respetiva contagem, sendo eleito o novo Vogal da Junta de Freguesia, Joana Patrícia Fonseca Cardoso da Silva, com dezasseis votos a favor e três votos em branco.....



Ata Número Nove

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

A **Sra. Presidente da Mesa** chama o senhor deputado David Tavares (CDU), para ocupar o lugar deixado em aberto na bancada da CDU, devido à eleição da nova Vogal, a quem dá os parabéns e votos de bom trabalho.

Dando continuidade aos trabalhos passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:.....

Ponto Dois ponto Três, referente à Apresentação e Discussão do Regulamento de Apoio a Entidades Desportivas e Culturais.....

A **Sra. Presidente da Mesa** dá a palavra ao Sr. Presidente da Junta, para a apresentação do documento.....

O **Sr. Presidente da Junta**, começa por dizer que não se vai referir ao conteúdo do documento em si, tendo em conta a sua complexidade o executivo da Junta entendeu não trazer à Assembleia um Regulamento fechado mas um documento em aberto para que possa ser melhorado com os contributos de todos, para que se possa ter um Regulamento bom e positivo, referiu também que iria solicitar junto das coletividades sugestões para reunir o maior número de contributos possível, disse ainda que demoraram um ano a apresentá-lo, mas que um processo destes não tem de ser no imediato e que gostaria que fosse o mais consensual possível, uma vez que pode ter consequências para futuros executivos, e se fosse consensual seria também melhor para a própria União das Freguesias.....

Aberta a discussão deste ponto da Ordem de Trabalhos, inscreveram-se para falar:.....

Deputado Nuno Rocha (PSD) cumprimenta todos os presentes, e diz que se congratulam com esta proposta diz que este documento foi uma sugestão apresentada pela sua bancada, refere que não tem mais nenhuma proposta a fazer, mas que após analisarem o documento e uma vez que o documento ainda está em aberto, se tiverem qualquer observação a enviarão.....

Deputado Albino Castro (MVPFV), cumprimenta todos os presentes e começa por se referir ao facto deste documento ainda estar em aberto, não sendo portanto um documento final e daí não se proceder à sua votação, continua dizendo que ainda assim gostaria de fazer algumas observações ao documento, refere-se à sua primeira página, ao último parágrafo que faz referência deste documento ser objeto de apreciação pública, diz que apreciação pública geralmente só o PDM é que costuma ser objeto dessa apreciação, no entanto este nem votado foi quanto mais apreciado, continua referindo um erro, onde está “FFSPC”, deveria dizer “JFSPC”, depois na página seis, no artigo nove, onde se está que “comprovem”, deveria estar “que o comprovem”, continua dizendo que as associações devem prestar contas, por isso para além de concordar com os documentos que são pedidos, na sua opinião deveria ser acrescentado a esses documentos o Relatório de Atividades, termina dizendo que vai esperar por uma versão mais aprofundada do mesmo, para continuar a dar os seus contributos.....

Deputado Augusto Barbosa (CDU), cumprimenta os presentes, e diz que a CDU, tem algumas críticas a fazer ao documento, mas quer dizer que este documento é uma boa base de trabalho, quer também dirigir-se



Ata Número Nove

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova ao senhor deputado Albino Castro, e dizer-lhe que relativamente às observações que fez, que o documento tem de dizer o que lá está, portanto este regulamento está regulamentado o suficiente, mas o que é pretendido com este documento é que tenha o aval de todas as bancadas e o mais importante é que seja visto, analisado e aprovado pelas entidades a quem ele se destina.....

Deputado Joaquim Gonçalves (CDU), começa a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, diz que sobre este documento, e porque se tratando de coletividades e associações, acha importante existir este tipo de documento, diz ter conhecimento de outros Regulamentos e que este Regulamento é um documento equilibrado, refere que existem dois artigos que gostaria de chamar a atenção, assim no artigo número onze (Cancelamento de Apoios), diz não concordar com este artigo, devido às verbas poderem ser cortadas devido a um participante se comportar menos bem, outro artigo é o número catorze, relativo á obrigatoriedade de colocar os apoios nos cartazes, conclui dizendo que acha que está um bom documento e que este documento não termina aqui, porque ainda vai ser levado às coletividades.....

Deputada Linda Rosa (PS), começa a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e diz que a bancada do Partido Socialista, em virtude de terem tido um período de tempo, demasiado curto e devido á importância que este documento tem, não tiveram tempo em termos de agenda de se reunirem todos para poderem apresentar propostas nesta Assembleia. Continua dizendo que entretanto lhe tinha surgido uma dúvida, achava que este documento já tivesse sido elaborado com o contributo das coletividades que são os principais interessados, e embora as bancadas possam e devam discutir o documento e darem sugestões, essas mesmas sugestões para as coletividades podem não fazer qualquer sentido, termina dizendo que apresentarão mais tarde as suas propostas.....

O Sr. Presidente da Junta, pede para intervir, refere que registou algumas das sugestões apresentadas, relativamente ao processo de construção do documento, diz que esse processo resulta da experiencia que vão recolhendo das reuniões com as coletividades, ainda não levaram nenhuma proposta às coletividades, mas que ainda se vão reunir de forma a recolher mais contributos. Apresenta o período de trinta e um de Agosto para as bancadas apresentarem sugestões, nessa altura também já terão também os contributos das coletividades, de forma a poder trazer o documento á votação na próxima Assembleia de Freguesia.....

O Deputado Nuno Rocha intervém dizendo que concorda com a consulta deste documento às eoletividades, no entanto, é a Assembleia de Freguesia que o aprova e a Junta de Freguesia que o aplica e dessa forma não pode ser feita uma proposta pelas coletividades.

De seguida passou-se para o ponto da Ordem de Trabalhos:.....

Dois ponto Quatro, referente à Informação da atividade operacional desenvolvida pela junta de freguesia e situação financeira em trinta e um de Maio de dois mil e quinze.....



Ata Número Nove

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

A Sra. Presidente da Mesa dá a palavra ao Sr. Presidente da Junta, para a informação dos documentos....

O Sr. Presidente da Junta, considera que não tem mais informações a dar, que o Relatório está a ser apresentado, ficando disponível para esclarecer as questões que lhe queiram colocar.....

Abertas as inscrições, usaram da palavra:.....

Deputado Albino Castro (MVPFV) considera que a informação quanto mais atualizada melhor, ainda assim considera que nesta informação já poderiam estar os dados, referentes às três últimas semanas e não se reportarem só ao final do mês de Maio, achava importante que essa informação já estivesse aqui referida, relativamente ao Relatório, refere que existem verbas que já estão completamente esgotadas, prevê por isso uma revisão ou alteração do mesmo.....

Deputado David Tavares (CDU), cumprimenta os presentes e faz referência ao número de obras públicas realizadas por esta junta de freguesia, assim como as limpezas efetuadas, considera que isto comprova um elevado índice de ações, por isso a bancada da CDU congratula o executivo pelo trabalho realizado. Relativamente ao Relatório Financeiro, tendo em conta os valores da despesa e da receita consideram um bom Relatório Financeiro.....

Deputado Vítor Almeida (PS) cumprimenta os presentes, relativamente ao Relatório, diz que este Relatório globalmente está de acordo com o que tem sido feito, embora haja um conjunto de atividades que diz não compreender o que é que foi feito, por outro lado diz que poderia haver outras reparações que poderiam ser feitas mais rapidamente, continua dizendo que o que preocupa a sua bancada é o valor que a Junta de Freguesia tem em termos de saldo, numa Junta de Freguesia com tantas carências, deveriam existir mais investimentos, os Fânzerenses e os São-Pedrenses mereciam mais, diz ser um erro de gestão esses investimentos não serem feitos, principalmente existindo disponibilidade financeira.....

A Sra. Presidente dá a palavra ao Presidente da Junta, para responder às questões colocadas.....

Sr. Presidente da Junta, começa por dizer que a informação apresentada anteriormente era trimestral agora passaram a fazer essa informação referente ao mês anterior, relativamente á Situação Financeira diz que é possível ir melhorando essa prestação de contas, relativamente ao que foi dito pelo deputado Vítor Almeida diz que tem razão, quando diz não perceber o que é que foi feito em algumas atividades, mas isso deve-se á dificuldade que existe no preenchimento dos relatórios, diz que a Junta tem tentado melhorar essa informação, mas concorda que existem coisas que não são perecíveis, relativamente ao saldo, diz que este saldo vai diminuir drasticamente devido á reestruturação que vão fazer no cemitério, já começaram, a trabalhar para que se façam alguns dos investimentos que foram aprovados nesta Assembleia de Freguesia, relativamente ao site, esse valor deve-se ao facto do atraso das faturas por parte da empresa que presta o serviço, continua dizendo que fizeram uma remodelação na página do site da Junta e que vão dar formação a um funcionário da junta, para dar resposta aos problemas que entretanto surgirem.....



Ata Número Nove

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

O Deputado Albino Castro (MVPFV) pede para intervir para dizer que é preciso ter cuidado com a análise que se faz aos documentos e ao saldo das contas da Junta, porque nesse saldo estão considerados valores que são pagos trimestralmente, como e o caso da transferência da Administração Central, o que altera drasticamente os valores em análise.....

No seguimento da Ordem de trabalhos, avançou-se para o ponto referente aos ‘Assuntos de Interesse Local’. Para intervir inscreveram-se.....

Deputada Marlene Sobral (PSD), cumprimenta todos os presentes diz que quer colocar uma questão de ordem protocolar, que é relativamente á sala onde está a ser realizada esta Assembleia, se não deveria ter mais solenidade.....

Deputado Vítor Almeida (PS) quer chamar a atenção para duas intervenções na Rua Nossa Senhora das Mercês de ainda não terem sido resolvidas.....

Deputado Albino Castro (MVPFV) refere-se ao corte de madeira que está a ser efetuado, num terreno atrás das piscinas e aos resíduos de restos de madeiras que são deixados e que deveriam ser retirados por quem está a fazer esse corte, refere-se ainda ao arranjo urbanístico que é necessário efetuar no Largo da Igreja, em Fânzeres, situação que se tem vindo a arrastar.....

O Sr. Presidente da Junta intervém para responder às questões colocadas, diz que relativamente às questões colocadas pelo deputado Vítor Almeida já fez a informação para a Vodafone, relativamente ao corte de madeira é uma situação que também o preocupa, relativamente ao Largo da Igreja diz que a Junta de Freguesia também quer resolver esse problema, diz que já lá estiveram todos os vereadores da Câmara que os levaram lá no sentido de se tentar resolver esse problema, a Junta também já apresentou uma proposta, é uma situação que já está assim há pelo menos quatro anos e que envolve a Câmara e os proprietários do terreno e relativamente ao que disse a senhora deputada Marlene Sobral, diz que esta sala é um Auditório onde são realizadas várias atividades, não são realizadas só as sessões solenes como em Fânzeres que é um Salão Nobre.....

Deputada Linda Rosa (PS) pede para intervir, para dar uma informação relativamente ao Largo da Igreja, diz que a finalização da obra que deveria ter sido feita pelo proprietário, no entanto a Câmara tinha já acionado uma caução, que estão á espera do aval para o avanço e finalização da obra, o senhor Presidente da Junta diz ter também conhecimento dessa informação, de que iriam entrar em contacto com o proprietário e se ele não resolvesse iam acionar as condições legais, para o avanço da obra.....

Sra. Presidente da Mesa propôs à Assembleia um voto de confiança à Mesa para a aprovação da minuta desta sessão. Posto à consideração, o voto de confiança foi aprovado por unanimidade.....

Assim, a **Sra. Presidente da Mesa** seguiu com os trabalhos, passando para o ponto três “Depois da Ordem do Dia”, abrindo inscrições para o público. Não se registando qualquer intervenção a Sra. Presidente de Mesa



Ata Número Nove

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova deu por encerrada a Assembleia às onze e quarenta minutos do dia vinte e seis de Junho de dois mil e quinze.....
Para que eonste se lavrou a presente ata que eu, Cecília Bibiana Martins Silva, na qualidade de 1ª secretária da Mesa, elaborei.....

Aprovada em 25 de Setembro de 2015.....

PRESIDENTE DE MESA [Signature]
PRIMEIRA SECRETÁRIA Cecilia Bibiana Martins Silva
SEGUNDO SECRETÁRIO [Signature]

Anexo 1

Excelentíssima Senhora
Presidente da Assembleia
da União de Freguesias de
Fânzeres e São Pedro da Cova.

Armando Filipe da Silva Correia, membro eleito na assembleia que V/Ex.^a preside, requer a sua substituição com início no dia 15/06/2015 e o seu término até 5/7/2015, uma vez que por motivos pessoais me encontro impossibilitado de estar presente à(s) assembleia(s) que tiver(em) lugar neste período.

Certo que procederá à minha substituição nos termos legais, apresento os melhores cumprimentos.

Anexo Z

Carlos Miguel Pereira Taveira
Rua Dr. Américo de Carvalho 121
4510-493 FÂNZERES

Exma. Sr^a Presidente da Assembleia
da União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova,
Rua de S. Tiago s/n
4510-670 FÂNZERES

FÂNZERES, 22 de Junho de 2015

Exma. Sr^a Presidente,

Eu, Carlos Miguel Pereira Taveira, segundo membro da lista do Partido Socialista, concorrente à Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, comunica a V.Ex^a, a minha ausência, por motivos profissionais, no período compreendido entre o dia 22 de Junho de 2015 e o dia 31 de Dezembro de 2015.

Devido a este facto, não poderei comparecer nas reuniões ordinárias da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias, a realizar durante esse período.

Solicito portanto a V. Exa, que proceda, nos termos regimentais em vigor, à minha substituição para as referidas reuniões.

Agradecendo desde já a atenção

Com os meus melhores cumprimentos

Fânzeres, 22 de Junho de 2015

Carlos Taveira

Carlos Miguel Pereira Taveira

Anexo 3

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FÂNZERES
/ SÃO PEDRO DA COVA**

CARLOS MANUEL PEREIRA SANTOS

CASTRO, membro eleito na Assembleia que V/Ex.^ª preside, requer a sua substituição com início no dia 25/06/2015 e o seu término até 20/07/2015, uma vez que por motivos pessoais me encontro impossibilitado de ser presente à(s) assembleia(s) que tiver(em) lugar neste período.

Certo que procederá à minha substituição nos termos legais, apresento os m/s melhores cumprimentos.

O EXPONENTE

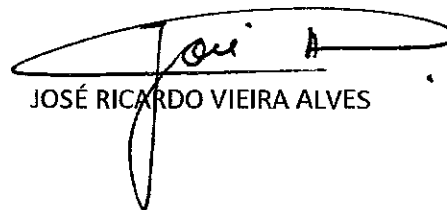

(Carlos Manuel Pereira Santos Castro)

2258 19 06 15

EXCELENTÍSSIMA SENHORA
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE
FANZERES/ SÃO PEDRO DA COVA

JOSÉ RICARDO VIEIRA ALVES, membro eleito na Assembleia que V/ex^a preside, requer a sua substituição com início a 25/06/2015 e o seu término em 15/07/2015, uma vez que por motivos pessoais me encontro impossibilitado de ser presente à(s) assembleia(s) que tiver(em) lugar neste período.

Certo que procederá à minha substituição nos termos legais, apresento os m/s cumprimentos.



JOSÉ RICARDO VIEIRA ALVES

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FÂNZERES/SÃO PEDRO DA COVA**

Daniela Alexandra Martins Real, membro eleita para a Assembleia que V. Exa preside, requer a sua substituição com início no dia 21/06/2015 e o seu término a 29/06/2015, uma vez que por motivos pessoais me encontro impossibilitada de estar presente à(s) assembleia(s) que tiver(em) lugar neste período.

Certo que procederá à minha substituição nos termos legais, apresento os meus cumprimentos.

O Exponente



(Daniela Alexandra Martins Real)

Ata da Reunião, do dia 27 de maio sobre a intervenção do público nas Sessões Extraordinárias

Ao vigésimo sétimo dia do mês de maio do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, no edifício sede da Junta de Freguesia da União das freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, reuniu, com os representantes das forças políticas com assento em Assembleia de Freguesia, por convocatória da Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia da União das freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, Maria Leonor Ferreira, nesta reunião esteve também presente a primeira secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia, Bibiana Silva.

Pela bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU) esteve presente o senhor deputado Augusto Barbosa. Pela bancada do Partido Socialista (PS), esteve presente o senhor deputado Carlos Taveira. Pela bancada Movimento Vontade do Povo – Fernanda Vieira (MVPFV), esteve presente o senhor deputado Albino Castro. Pela bancada do Partido Social Democrata (PSD) esteve presente o senhor deputado Nuno Rocha.

A reunião teve como ponto único da Ordem de Trabalhos: Intervenção do Público nas Sessões Extraordinárias.

Aberta a discussão o deputado Albino Castro (MVPFV) foi o primeiro a usar da palavra, defendendo a intervenção do público nas sessões extraordinárias, diz o senhor deputado que existe a necessidade de alterar o regimento em vigor, porque a lei é clara, a lei refere sessões e reuniões e diz que são públicas, a lei não faz qualquer distinção entre sessões ordinárias e extraordinárias, ora se nas ordinárias o público pode intervir diz não compreender o porquê de nas extraordinárias isso não estar a acontecer, refere ainda haver outras alterações que poderiam ser feitas ao regimento em vigor, e propõem-se até a elaborar e apresentar essas alterações para melhor funcionamento da assembleia.

Segue-se a intervenção do senhor deputado Augusto Barbosa (CDU), o senhor deputado diz que a sua bancada não está contra a intervenção do público nas sessões extraordinárias, refere que também se andou a informar e que em algumas sessões de assembleias de outras freguesias, nos seus regimentos essa intervenção está contemplada, noutras não, diz haver necessidade de regulamentar os tempos do uso da palavra, refere ainda o facto de haver dois períodos de intervenção destinados ao público, no seu entender deveria só existir um.

Seguiu-se a intervenção do senhor deputado Nuno Rocha (PSD), o senhor deputado que o público não pode intervir nas sessões extraordinárias, diz que é o que diz a lei, a lei diz que nas sessões extraordinárias só existe a Ordem do Dia, não existindo período de Antes nem de Depois da ordem do dia, períodos esses onde o público poderia intervir, ora o público não pode intervir no período da ordem do dia, diz ainda que o nosso regimento foi elaborado conforme a lei, refere ainda que relativamente á proposta do senhor deputado Albino, de apresentar alterações ao Regimento, diz não concordar uma vez que o que está omissa no Regimento, reporta-se á lei geral, não havendo necessidade, por isso de fazer as tais alterações.

Seguidamente interveio, o senhor deputado Carlos Taveira (PS), o senhor deputado diz que a bancada do Partido Socialista, desde sempre se mostrou disponível para que se fizesse essa alteração para que o público passasse a intervir nas sessões extraordinárias, mas refere que estas sessões são para tratar assuntos muito específicos, faria sentido o público também se manifestar, nesses mesmos assuntos, referiu o caso da última sessão extraordinária, mas uma vez que o público não pode intervir no período da Ordem do Dia, então diz, o público passa a intervir em assuntos e pedidos de esclarecimentos, mas como, se estas sessões não têm período nem de Antes nem de depois da Ordem do Dia.

Ata da Reunião, do dia 27 de maio sobre a intervenção do público nas Sessões Extraordinárias

A Senhora Presidente, interveio dizendo que também andou a procurar informação sobre este assunto, e que este problema não é exclusivo das nossas sessões, em outros locais as assembleias têm também estas dúvidas, no entanto a CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte), tem um parecer publicado na sua página, sobre este mesmo assunto, diz que este parecer é público, e que pode ser consultado por todos, no parecer a CCDR-N, cita o artigo 49, do nº 1 da lei de 75/2013 de 12 de setembro, sobre as sessões e reuniões serem públicas; cita ainda o seu nº 6, sobre as atas das sessões e reuniões, terminado o período da ordem do dia, se referirem às eventuais intervenções do público, diz que em conformidade com o referido e de que onde a lei não distingue também o interprete não deve distinguir, assim no entender desta entidade tanto nas sessões ordinárias como as extraordinárias deverá existir um período para intervenção e esclarecimento ao público, diz ainda que de acordo com o artigo 20 do Código do Procedimento Administrativo “para que essa presença não seja meramente formal, deve o Presidente do órgão, uma vez encerrados os trabalhos, dar a palavra aos cidadãos presentes”.

Seguiu-se novamente discussão em torno deste parecer da CCDR-N, porque se o público pode intervir então como vai intervir se nestas sessões só existe Período da Ordem do Dia, no qual o público não pode intervir. Quando e de que forma, foram as dúvidas levantadas.

O senhor deputado Albino Castro diz que nestas sessões seria colocado um ponto específico para intervenção do público.

Por existirem dúvidas, se se estaria ou não a cumprir a lei, ficou decidido a Presidente da Mesa da Assembleia pedir um parecer jurídico sobre esta questão junto da CCDR-N, e após resposta convocar nova reunião.

A reunião foi dada como terminada cerca das onze horas e vinte minutos. Para constar foi lavrada esta ata, a qual depois de lida, vai ser assinada.

Cecilia Zibica Martins Sec
Maria Louisa



União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

Concelho de Gondomar



Exmo. Senhor Presidente
Comissão Coordenação Desenvolv. Regional do Norte
Rua Rainha D. Estefânia, 251
4150-304 PORTO

#U.: PF

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		2015/607	18/06/2015

Assunto: Intervenção do Público nas Sessões Extraordinárias da Assembleia de Freguesia

Serve a presente para solicitar o vosso parecer relativo a uma matéria que tem causado alguma discussão nas nossas sessões da Assembleia de Freguesia, relativamente á intervenção do público presente às sessões Extraordinárias.

De acordo com o nosso Regimento em vigor, no seu artigo 26, ponto cinco, diz, e passo a citar:

"Nas sessões extraordinárias os membros da Assembleia de Freguesia, única e exclusivamente, se debruçarão sobre a Ordem do Dia (não havendo período de antes nem depois da Ordem do Dia) "

Sendo que, a intervenção do público, está só prevista, no seu Artigo nº 29, e passo a citar:

"1- Em cada sessão ordinária haverá um período de Antes da Ordem do Dia que terá duração não superior a sessenta minutos, destinados a tratar dos seguintes assuntos:

a)Leitura

b)Período de intervenção aberto ao público para prestação de esclarecimentos.

...

E no Artigo 31

" Em cada sessão ordinária haverá um período de Depois da Ordem do Dia, destinado á intervenção dos cidadãos ou representantes de coletividades e associações junto da Mesa da Assembleia."

Ou seja, de acordo com o nosso Regimento, a intervenção do público, só está prevista nas sessões Ordinárias, uma vez que nas sessões Extraordinárias não existe período nem de Antes nem de Depois da Ordem do Dia, no entanto, a discussão tem existido por parte de alguns membros desta assembleia, por entenderem que o nosso Regimento pode não estar em conformidade com a lei, referindo o que diz o artigo 49, no seu nº 1 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, relativamente a sessões e reuniões:



União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

Concelho de Gondomar



" As sessões dos órgãos deliberativos das Autarquias locais são públicas, sendo fixado, nos termos do regimento, um período para intervenção e esclarecimento ao público"

Perante o exposto solicito a V. Exa. se pronuncie relativamente:

- Deverá ou não existir no Regimento da Assembleia de Freguesia, um período para a intervenção e esclarecimento ao público, em todas as suas sessões, independentemente de estas serem ordinárias ou extraordinárias?

- A existir esse período, em que momento da sessão, esse mesmo período se poderá realizar? Sendo que essa intervenção seria exclusivamente para colocar questões e esclarecimentos de interesse local, pois o público não pode intervir sobre a Ordem de Trabalhos.

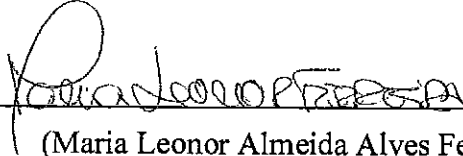
- Gostaria ainda de vos pedir parecer relativamente ao nosso Regimento nas sessões Ordinárias, existir mais que um período para a intervenção destinada ao público, sendo um no Período de Antes da Ordem do Dia e outro no Período de Depois da Ordem do Dia.

Fico ao dispor de V. Exas., para qualquer esclarecimento que entendam por bem colocar;

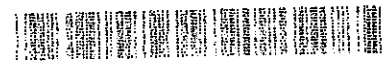
Apresento os meus mais respeitosos cumprimentos;

A Presidente da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias

De Fânzeres e São Pedro da Cova


(Maria Leonor Almeida Alves Ferreira)

Doc. 1877993: 16-06-2015



2246 18 06 15

Ex.ma Senhora ⁰¹⁸⁷⁷⁹⁹³
 Presidente Assembleia de Freguesia da
 União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da
 Cova
 Dr.ª Maria Leonor Almeida Alves Ferreira
 Rua de S. Tiago
 4510 - 670 Fânzeres

Sua referência
 2015/430

Sua comunicação
 05/05/2015

Nossa referência
 DMVA - Proc. n.º 1629/2000
 ID 1877993

Assunto|Subject **Proposta de Recomendação.
 Coligação Democrática Unitária.**

Na sequência da proposta de recomendação aprovada pela Assembleia de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, nomeadamente pela bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU), e em resposta às questões colocadas, somos em prestar os seguintes esclarecimentos:

1. Como foi possível errar na quantidade de resíduos inicialmente prevista para remoção, as 88.000 ton + 20% (margem de erro acrescida).

A existência de um volume de resíduo superior ao estimado pelo LNEC deve-se, essencialmente, ao facto de a planta topográfica do terreno anterior ao depósito, não corresponder à topografia do terreno onde agora se constata que os resíduos foram efetivamente depositados, ou seja, a área considerada na realização das sondagens que apoiaram as estimativas do LNEC correspondeu à área de registos topográficos do projeto apresentado pela Empresa Vila Rei - Promoção Imobiliária, S. A. (Vila Rei) e que havia sido autorizada, em 2001, pela ex-Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território - Norte (ex-DRAOT-N).

2. Qual a quantidade real e efetiva de resíduos já removidas e a remover.

Na prestação de serviços que decorreu entre setembro de 2014 e junho de 2015, foram removidas 105.600 ton de resíduo perigoso (88.000 ton + 20%), sendo também esta, a quantidade estimada pelo LNEC e colocada a concurso público.



Relativamente ao resíduo perigoso remanescente, não é possível no presente, fazer qualquer tipo de previsão ou quantificação das quantidades existentes no local.

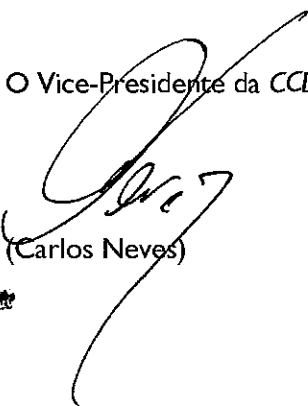
3. *Qual ou quais as medidas que as referidas entidades tencionam despoletar no sentido da total e completa resolução do problema.*

A partir do momento em que se constatou a existência de mais resíduos perigosos localizados fora da área da intervenção, o LNEC desencadeou um conjunto de trabalhos de avaliação, recorrendo à prospeção geofísica (método indireto de avaliação), sendo que posteriormente será ainda necessário realizar um conjunto de sondagens geotécnicas (mecânicas), como método direto de avaliação das quantidades e características dos resíduos existentes no local.

Só após a identificação da área e da determinação da profundidade e espessura da camada dos resíduos, é que será possível fazer estimativas mais fiáveis dos quantitativos ainda existentes no terreno. Com base nessa informação, poderá o MAOTE decidir sobre quais as melhores e mais adequadas medidas a tomar.

Com os melhores cumprimentos,

O Vice-Presidente da CCDRN,



(Carlos Neves)



Exma. Sr.ª Presidente
da União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova
Rua de São Tiago
4510-670 Fânzeres

S028621-201505-DRES-DRASC - 02-06-2015

S/ referência	Data	N/ referência	Data
2105/429	2015.mai.05	S028621-201505-DRES.DRASC	

Assunto: União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova – Proposta de Recomendação Relativa ao Passivo Ambiental de São Pedro da Cova

Informa-se V/ EX.ª ter a Proposta de Recomendação suprarreferida sido encaminhada para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR Norte), entidade a quem está atribuída a responsabilidade pela resolução do passivo ambiental de São Pedro da Cova e, portanto, mais habilitada a responder às questões suscitadas.

Com os melhores cumprimentos.

A Vogal do Conselho Diretivo da APA, I. P.

Inês Diogo

2080 08 06 15
Ao. unid. Res. Am. Freguesias

Rib, SG

Exmo Sr.º Presidente da Assembleia de Freguesia,
Exmo Sr.º Presidente da Junta de Freguesia,
Exmos Senhores membros do Executivo,
Exmos Senhores deputados,
E a todos os presentes,

Boa noite,

Recentemente foram tornados públicos os dados relativos ao número de abortos praticados em Portugal, nos hospitais públicos. E quando falamos em aborto, geralmente não há boas notícias, mas poderemos dizer que, apesar de tudo ainda existem algumas menos más, como a descida do número de abortos praticados, pelo terceiro ano consecutivo. Foram menos 3.400 abortos do que os mais de 20.000 praticados em 2011, ano com maior número, depois de 4 anos de crescimento depois de aprovada a lei da liberalização. De então para cá, em três anos consecutivos a tendência é decrescente. Esta é uma notícia positiva.

Mas este facto positivo não invalida nem nos deve distrair, de olhar com enorme preocupação para o elevado número de abortos praticados num só ano, 16.000. Existe um outro dado mais incompreensível, que é o de 300 mulheres terem num espaço de doze meses, praticado mais do que um aborto.

O quadro permite-nos também concluir que a quase totalidade dos abortos cai, afinal no enorme saco do argumento "a pedido de mulher" até às dez, sem que para isso tenham de ter evocado um qualquer motivo específico gravoso.

Estamos a falar de cerca de 200 crianças abortadas por cada mil nascidas. Se lhes tivessem sido reconhecido o direito de nascer, o impacto no aumento do número de nascimento se traduziria num crescimento da ordem dos 20%, o que seria um forte contributo ao aumento da nossa taxa baixíssima taxa de natalidade.

Os dados divulgados pela Direcção Geral de Saúde vêm demonstrar aquilo que já se sabia: apenas 432 abortos realizados, se ficaram a dever à má formação do feto e 14 se deveram a violação. Foram menos de 500 o número de casos que se referem terem sido os dois grandes motivos mobilizadores das discussões em torno da bondade ou da

maldade da própria lei. A estes números, podemos também juntar o número de abortos, 97, realizados em prazos mais alargados, por razões de saúde física e psíquica da mulher, onde apenas 7 foram apresentados como única forma de evitar danos irreparáveis na vida e saúde da mãe.

As histórias especialmente dramáticas de vida, que ocupou grande parte da discussão no debate público sobre a lei, decorridos 7 anos da sua vigência, afinal representam uma percentagem ínfima do número total de abortos praticados. Preocupante também, é verificar a taxa correspondente ao número de mulheres que reincidiram, cerca de 30%. Apenas 70 % das mulheres que realizaram abortos em 2014, o fizeram pela primeira vez. Mais alarmante é verificar que casos de reincidência gravíssima, como a realização de 3 abortos num só ano, o número não só não desceu como subiu de 157 em 2013 para 220 em 2014.

Mas existem casos que se configurarão como verdadeiros casos patológicos, dada a gravidade das repetições. Mais de 50 mulheres fizeram quatro abortos e duas dezenas fizeram mais de cinco abortos, e cerca de 300 mulheres repetiram o aborto em curtíssimo espaço de tempo.

Estes dados vieram demonstrar que a intervenção do sistema de saúde foi ineficaz em todos estes casos, e não conseguiu cumprir uma das suas missões: evitar que o aborto se transforme num método anticoncepcional de recurso.

Penso que será tempo de reflectir, serenamente de novo sobre a lei aprovada, procurando o desejável consenso, e este é um daqueles casos transversais à esquerda e à direita, sobre as formas concretas de minorar o problema desenvolvendo e aprofundando programas de planeamento familiar. Não podemos nem devemos permitir que mulheres fragilizadas e em situações particularmente dramáticas fiquem sujeitas a uma pressão duplamente violentadora e estigmatizante.

O grupo parlamentar PSD/CDS-PP



União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

Coneelho de Gondomar



Exma. Senhora
Presidente da Assembleia de Freguesia de Fânzeres
São Pedro da Cova

#U.: PF

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		2015/602	12/06/2015

Assunto: Comunicação de pedido de renúncia de vogal

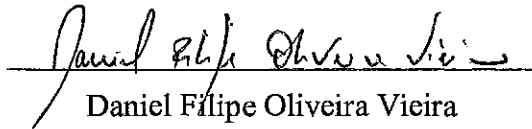
Serve a presente para comunicar a V. Exa. que a senhora Vogal, Viviana Nazaré de Sousa López, por motivos pessoais e profissionais, ao abrigo do consagrado no Art.º 76 da lei 169/99, na nova redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11/1, renunciou ao mandato de Vogal da Junta de Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova, a partir de 27 de Maio.

A fim de retomar o seu lugar como membro da Assembleia de Freguesia, agradeço a sua convocação para a próxima sessão.

Agradeço, ainda, a criação de um ponto na Ordem de Trabalhos destinado à eleição de novo vogal para a Junta de Freguesia.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Junta,


Daniel Filipe Oliveira Vieira

